

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

*(Em milhares de Reais)*

### 1 Contexto operacional

A Empresa Gestora de Ativos - EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 26 de junho de 2001 - atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e foi constituída em decorrência do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possuem baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso, e com base em seu fluxo de caixa projetado, existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de novos aportes de recursos para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa. A Administração da EMGEA está em tratativas com o Acionista Controlador para adoção de medidas mais adequadas a essa finalidade.

A administração da carteira de financiamentos imobiliários, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos é feita pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela Instituição.

### 2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A classificação entre ativo e passivo circulante e não circulante é realizada de acordo com a Lei das S.As., considerando o prazo de 360 dias.

A administração identificou, em 2007, que as atualizações dos créditos cedidos pela União à EMGEA, em 31 de maio de 2005, foram calculadas inadequadamente, o que gerou a necessidade de se proceder ao recálculo dos respectivos saldos. Os efeitos do ajuste efetuado, correspondentes aos exercícios anteriores, foram refletidos nas demonstrações contábeis de forma retrospectiva, em consonância com os preceitos estabelecidos na Resolução nº 1.078/06, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis de 2007. Estatutariamente os referidos acertos foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores diretamente na rubrica prejuízo acumulado no patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir um resumo dos efeitos imputáveis aos exercícios anteriores:

Descrição	Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício de 2006
	Exercício de 2005	Exercício de 2006	
Saldos estatutários	15.778.740	8.876.163	(118.741)
Aumento decorrente da atualização dos créditos cedidos pela União em 2005	313.472	481.256	167.785
Efeitos fiscais	(102.139)	(202.614)	(100.475)
Saldos reformulados	15.990.073	9.154.805	(51.431)
Efeito Líquido	211.333		67.310

### 3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

#### a. *Apuração do resultado*

Apurado pelo regime de competência de exercícios.

#### b. *Estimativas contábeis*

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), a provisão para contingências, a provisão para perdas junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e a provisão sobre o saldo de impostos e contribuições a recuperar, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A EMGEA revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

#### c. *Moeda estrangeira*

Os ativos denominados em moeda estrangeira foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento dos balanços, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nos resultados dos exercícios.

**d. Ativos circulante e realizável a longo prazo**

- **Aplicações financeiras**

Demonstradas com base nos valores nominais aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

- **Operações de crédito**

Demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função das taxas de juros e da fluência dos prazos contratuais das operações.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 61º dia em rendas a apropriar.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos imobiliários, conforme critério definido a seguir:

- i. **Créditos com cobertura do FCVS:**

- 10% do valor da dívida vencida dos créditos imobiliários com atraso de até 60 dias, acrescido da provisão para perdas no FCVS, referente à dívida vincenda (15,62%);
- 20% sobre o valor da dívida vencida dos créditos imobiliários com atraso entre 61 e 180 dias, acrescido da provisão para perdas no FCVS sobre a dívida vincenda (35,07%);
- 50% sobre o valor da dívida vencida dos créditos imobiliários com atraso entre 181 e 360 dias, acrescido da provisão para perdas no FCVS, referente à dívida vincenda (35,07%); e
- 100% sobre o valor da dívida vencida dos créditos imobiliários vencidos há mais de 360 dias acrescido da provisão para perdas no FCVS sobre a dívida vincenda (35,07%) menos rendas a apropriar de dívidas vincendas. A provisão para perda com FCVS é efetuada para fazer face a eventuais negativas de cobertura por parte do Fundo (vide informações sobre o processo de novação na Nota Explicativa nº 12a). O percentual utilizado baseia-se em estudo técnico estatístico que avalia as perspectivas de perda da carteira em processo de habilitação, homologação e novação com o FCVS.

**ii. Créditos sem cobertura do FCVS:**

- 10% sobre a dívida total dos créditos imobiliários com atraso até 60 dias;
- 20% sobre a dívida total dos créditos imobiliários com atraso de 61 a 180 dias;
- 50% sobre a dívida total dos créditos imobiliários com atraso de 181 a 360 dias; e
- 100% sobre a dívida total dos créditos imobiliários com atraso superior a 360 dias.

**iii. Contratos com pagamentos depositados em juízo:**

- O percentual utilizado de 35% baseia-se em estimativa que avalia as perspectivas de perdas em função da receita estimada na renegociação dos contratos.

• **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

**e. Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas previstas na legislação fiscal e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

**f. Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias “pro rata” dia incorridos até as datas dos balanços.

**g. Impostos e contribuições federais**

A contribuição ao PASEP é calculada à alíquota de 1,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 7,60%, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável, para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

#### **h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são constituídas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **4 Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são representadas pelos recursos aplicados nos fundos de investimentos “BB - Extra-Mercado FAE” e “BB - Extra-Mercado Exclusivo 3”, do Banco do Brasil. A remuneração dos fundos que possuem títulos públicos em sua carteira tem como referencial de rentabilidade a taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Os rendimentos auferidos com as aplicações no exercício foram de R\$ 154.901 (R\$ 366.357 em 2006). O fundo “BB Extra-Mercado Exclusivo 3” foi encerrado em 20 de setembro de 2007.

#### **5 Operações de crédito imobiliário**

O saldo das operações de crédito imobiliário é composto por contratos de responsabilidade de mutuários pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2028.

##### **a. Composição da carteira de crédito imobiliário:**

Descrição	2007			2006		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Saldo devedor (i)	6.059.041	9.852.161	15.911.202	4.999.562	12.781.333	17.780.895
Valores a receber (ii)	13.398.662	-	13.398.662	13.109.366	-	13.109.366
Rendas a apropriar (3d)	(6.562.334)	-	(6.562.334)	(6.417.057)	-	(6.417.057)
Diferencial de juros (Lei nº 10.150/00) (iii)	(283.684)	(350.390)	(634.074)	(199.581)	(444.202)	(643.783)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (3d)	(8.089.837)	(2.337.078)	(10.426.915)	(7.987.137)	(3.299.902)	(11.287.039)
Fundo de equalização (iv)	(582.294)	-	(582.294)	(544.534)	-	(544.534)
Outros valores (v)	27.733	2.162	29.895	29.857	543	30.400
<b>Total</b>	<b>3.967.287</b>	<b>7.166.855</b>	<b>11.134.142</b>	<b>2.990.476</b>	<b>9.037.772</b>	<b>12.028.248</b>

- i) O saldo devedor corresponde à dívida vincenda dos contratos de financiamentos imobiliários.
- ii) O saldo de valores a receber corresponde à dívida vencida dos contratos de financiamentos imobiliários.
- iii) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/00, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do

FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.

- iv) O Fundo de Equalização corresponde ao valor de uma reserva transferida pela CAIXA, na época da constituição da EMGEA, para a cobertura dos descontos quando concedidos para contratos amparados em legislação específica, cuja origem de recursos se refere a repasses do FGTS. A regra de utilização desse Fundo estabelece que 50% dos prejuízos gerados nas operações de crédito oriundas de empreendimentos com condições especiais definidas pelo Voto CAIXA nº 25/97, serão amortizados até o limite do saldo do Fundo, e o restante será amortizado pelo detentor do crédito. Em 2007, o saldo da carteira de crédito remanescente dessas operações, deduzido da provisão, era de R\$ 375.499.
- v) Inclui os saldos de vendas parceladas de imóveis e valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.

b. A distribuição por tipo de financiamento é a seguinte:

Tipo	2007			2006		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa física	3.216.716	14.568.522	17.785.238	3.711.997	15.564.260	19.276.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.030.171)	(6.027.344)	(7.057.515)	(1.181.854)	(6.414.269)	(7.596.123)
<b>Total pessoa física</b>	<b>2.186.545</b>	<b>8.541.178</b>	<b>10.727.723</b>	<b>2.530.143</b>	<b>9.149.991</b>	<b>11.680.134</b>
Pessoa jurídica	-	4.328.219	4.328.219	-	4.553.164	4.553.164
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(3.369.401)	(3.369.401)	-	(3.690.916)	(3.690.916)
Fundo de equalização	-	(582.294)	(582.294)	-	(544.534)	(544.534)
<b>Total pessoa jurídica</b>	<b>-</b>	<b>376.524</b>	<b>376.524</b>	<b>-</b>	<b>317.714</b>	<b>317.714</b>
Outros valores	-	29.895	29.895	-	30.400	30.400
<b>Totais</b>	<b>2.186.545</b>	<b>8.947.596</b>	<b>11.134.142</b>	<b>2.530.143</b>	<b>9.498.105</b>	<b>12.028.248</b>

c. Os valores referentes a prestações recebidas a maior ou oriundos de pagamentos antecipados e as pendências de arrecadação credoras estão demonstradas no passivo circulante, na rubrica "Operações de crédito imobiliário".

d. A EMGEA aprovou medidas de incentivo à aceleração de liquidações de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem cobertura do FCVS, e ratificou outras medidas de igual natureza adotadas pela CAIXA, as quais culminaram em descontos concedidos aos mutuários, registrados como despesas, quando da

liquidação ou da renegociação de seus contratos. As despesas com descontos reconhecidas no exercício estão assim demonstradas:

Descrição	2007	2006
Créditos com cobertura do FCVS	175.486	253.208
Créditos sem cobertura do FCVS	1.252.995	1.444.858
<b>Total pessoa física</b>	<b>1.428.481</b>	<b>1.698.066</b>
Créditos de pessoa jurídica	42.981	137.747
<b>Total dos descontos</b>	<b>1.471.462</b>	<b>1.835.813</b>

e. No exercício, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Eventos comandados	Valores
<b>Saldo Inicial em 31.12.2006</b>	<b>(11.287.039)</b>
Reversão de provisões - liquidação de contratos	598.490
Reversão de provisões - redução faixa de atraso	982.042
<b>Total de reversões de provisões ocorridas</b>	<b>1.580.532</b>
Reforço de provisões - Reestruturação de contratos	(37.493)
Reforço de provisões - Aumento de faixa de atraso	(1.057.406)
<b>Total de reforço de provisão do exercício</b>	<b>(1.094.899)</b>
Ajustes efetuados em provisões	374.491
<b>Movimentação líquida ocorrida nas provisões</b>	<b>860.124</b>
<b>Saldo final em 31.12.2007</b>	<b>(10.426.915)</b>

## 6 Imóveis não de uso

São constituídos por imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação, são registradas em contas a receber como débitos remanescentes, sendo simultaneamente, constituída provisão de igual valor para perdas na realização desses valores, no caso de pessoa jurídica, e apropriadas no resultado, no caso de pessoa física.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação elaborado pela CAIXA.

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	2007(*)	2006
Valor de custo dos imóveis	333.888	318.663
Provisão para perdas na alienação	-	(50.074)
Provisão para desvalorização	(4.092)	(3.789)
<b>Saldo de imóveis não de uso</b>	<b>329.796</b>	<b>264.800</b>

(\*) Em 2007 não foi constituída provisão para perdas na alienação de imóveis tendo em vista que o histórico observado no resultado líquido obtido na operação nos últimos dois exercícios foi de ganho.

## 7 Valores a receber - Cessão de Créditos União

Referem-se aos créditos em moeda estrangeira (US\$) contra a Itaipu Binacional, recebidos da União em 31 de maio de 2005, com a finalidade de aumento de capital social. Por ocasião da liquidação financeira desses créditos, os recursos são repassados diretamente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para amortizações extraordinárias da dívida da EMGEA com aquele Fundo, conforme opção de liquidação individual dos contratos de financiamento.

Os referidos créditos são atualizados pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América e convertidos em moeda nacional na data do balanço.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, no exercício de 2007 o saldo a receber foi reevoluído a partir de janeiro de 2006, levando-se em conta além da variação cambial o fator de ajuste anual daquela inflação, cujo montante apropriado no exercício foi de R\$ 691.767 (despesa líquida) e em exercícios anteriores foi de R\$ 481.256 (receita líquida).

As parcelas vincendas incluem a variação monetária “*pro rata*” dia, considerando a atualização pelo fator de ajuste anual a ser aplicado em 1 de janeiro de 2008, tendo em vista o disposto no Ofício STN nº 2.069/2008/GERAT/COFIS/STN de 11 de março de 2008.

Os valores classificados no “Realizável a longo prazo” têm a seguinte distribuição:

Vencimento	2007	2006
2008	-	590.750
2009	478.756	555.842
2010	504.320	585.523
2011	506.845	588.453
2012	512.443	594.954
2013	513.940	596.680
2014	505.007	586.320
<b>Total</b>	<b>3.021.311</b>	<b>4.098.522</b>



## 8 Valores a receber - Outros Fundos

Referem-se aos valores a receber do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que, conforme contrato firmado entre as partes, são amortizados anualmente. Em 31 de dezembro de 2007 ainda restavam quatro parcelas anuais de R\$ 170.690 (cinco parcelas de R\$ 158.484 em 2006) vencíveis no dia 1º de maio. Os saldos estão atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente. Em 2007, foram apropriadas receitas de atualização monetária e juros no montante de R\$ 53.002 (R\$ 60.941 em 2006).

## 9 Valores a receber - Entes da Federação

Referem-se aos valores a receber de entes da Federação decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras imobiliárias. Em 2007, foram apropriadas receitas de atualização monetária e juros no montante de R\$ 12.822 (R\$ 2.143 em 2006).

Em 2007, foi constituída provisão no valor de R\$ 39.259, para fazer face a perda com a equalização financeira, tendo em vista o pagamento antecipado em espécie da parcela com vencimento em 31 de dezembro de 2009, conforme negociação com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Esses créditos a receber apresentam a seguinte composição:

Descrição	2007	2006
Valores a receber	185.400	226.784
Provisão para perdas	(39.259)	-
<b>Valores a receber de entes da Federação</b>	<b>146.141</b>	<b>226.784</b>

## 10 Valores a receber - União

a. Registra os valores a receber referentes a juros em face dos contratos de novação firmados com a União em dezembro de 2007.

b. Registra os valores a receber referentes a retenções indevidas de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional em repasses de recursos, no período de 2001 e 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA, para aumento de capital. Os valores estão sendo atualizados com base na variação da taxa Selic.

## 11 Diversos

Descrição	2007	2008
Movimentação financeira a receber (I)	18.758	56.082
FGTS a receber (II)	5.215	12.180
Indenizações de sinistros a receber (III)	4.056	22.488
Desembolsos com execução a recuperar (IV)	4.127	3.083
Juros a receber de títulos CVS (V)	4.123	2.072
Outros (VI)	230	256
<b>Total</b>	<b>36.509</b>	<b>96.161</b>

- I. Referem-se aos valores arrecadados pela CAIXA relativamente às prestações e liquidações de financiamentos imobiliários, alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse. Foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas que poderão ocorrer no repasse dos recursos no valor de R\$ 67.428 (R\$ 44.666 em 2006).
- II. Refere-se ao saldo a receber do FGTS relativo a valores utilizados nas liquidações e reestruturações de operações de crédito imobiliário.
- III. Corresponde ao saldo a receber da Seguradora relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e invalidez permanente.
- IV. Referem-se a desembolsos efetuados em processos de execução judicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.
- V. Trata-se de juros a receber oriundos de rendimentos de títulos CVS que se encontram custodiados na CETIP.
- VI. Refere-se, principalmente à remuneração de seguro a receber decorrente da estipulação da apólice dos contratos de crédito imobiliário.

## 12 FCVS a receber e títulos federais

### a. FCVS a receber

Representa os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 11.416.141 (R\$ 10.800.210 em 2006), e provisões de R\$ 2.125.508 (R\$ 1.863.906 em 2006), conforme demonstrativo a seguir, que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

A Administração da EMGEA, simultaneamente com a CAIXA, implementou processo de análise e conferência das condições dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes dos contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Com base nas mesmas premissas pelas quais os títulos CVS estão registrados na carteira de títulos, na condição de mantidos até o vencimento, e, conseqüentemente, avaliados ao valor de custo atualizado, nenhuma provisão foi constituída para trazer esses créditos ao preço de mercado.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perdas por negativas de cobertura atribuídas pelo referido Fundo.

Em dezembro de 2007, a União e a EMGEA celebraram dois contratos de novação de dívida do FCVS, o que resultou no recebimento de 252.050 títulos CVS no valor de R\$ 577.418 e do valor de R\$ 98.917, em espécie, relativo a juros retroativos recebidos em janeiro de 2008.

Situação dos contratos	2007		2006	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados <sup>(1)</sup>	1.804.117	346.028	2.236.184	257.209
Habilitados e não homologados <sup>(2)</sup>	1.381.574	206.897	863.331	181.852
Habilitados e homologados <sup>(3)</sup>	8.230.450	1.572.583	7.700.695	1.424.845
<b>Saldo</b>	<b>11.416.141</b>	<b>2.125.508</b>	<b>10.800.210</b>	<b>1.863.906</b>

Representa os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA (agente operador do FCVS).

Representa os contratos já habilitados em fase de análise por parte da CAIXA ou do FCVS para homologação final do FCVS.

Os créditos habilitados e homologados representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150/00 para sua realização.

#### **b. Títulos federais**

Refere-se ao valor dos títulos CVS A, B, C e D, cujo prazo de vencimento ocorrerá até 2027, sendo a sua remuneração fundamentada na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/01, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. A Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento e não constituiu provisão, tendo em vista a intenção de não negociá-los até o vencimento.

### **13 Impostos e contribuições a recuperar**

Representados pelos valores dos impostos e das contribuições pagos a maior, deduzidos da provisão no valor de R\$ 1.006.516 (R\$ 984.526 em 2006), constituída para fazer face à eventual perda que poderá ocorrer na recuperação desses créditos.

Esses valores podem ser compensados com o pagamento de tributos. A Administração apresentou à Receita Federal do Brasil (RFB) pedidos de restituição ou de compensação que estão pendentes de deferimento.

Tanto a restituição quanto os pedidos de compensação desses valores aplicam-se a todos os tributos.

Tributos	Saldo em 31/12/2006	Acréscimos/ Baixas	Juros compensatórios	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31/12/2007
IRPJ	1.155.053	37.212	85.982	-	1.278.247
CSLL	331.239	957	24.048	-	356.244
COFINS	121.478	570	6.679	(67.591)	61.136
PASEP	59.608	(505)	3.852	(128)	62.827
IRRF - FOPAG	4	-	-	-	4
<b>TOTAL DOS CRÉDITOS</b>	<b>1.667.382</b>	<b>38.234</b>	<b>120.561</b>	<b>(67.719)</b>	<b>1.758.458</b>
Provisão para perdas na recuperação	(984.527)	(21.990)	-	-	(1.006.517)
<b>Crédito líquido</b>	<b>682.855</b>	<b>16.244</b>	<b>120.561</b>	<b>(67.719)</b>	<b>751.941</b>

#### 14 Diversos

Refere-se, principalmente, a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão de créditos.

#### 15 Obrigações por assunção de dívidas

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União, com os credores do Fundo de Apoio à Produção de Habitações de Baixa Renda (FAHBRE) e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Credor	2007	2006	Vencimento final	Encargos
FAHBRE	138.692	175.131	2011	TR + Juros de 3% a.a
FGTS	18.259.447	20.485.032	2022	TR + Juros de 6,3% a.a
FDS	29.178	31.819	2019	TR + Juros de 0,5% a.a
<b>Total</b>	<b>18.427.317</b>	<b>20.691.982</b>		
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.367.799</b>	<b>2.471.947</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>16.059.518</b>	<b>18.220.035</b>		

O saldo dos financiamentos classificados no "Exigível a Longo Prazo" tem o seguinte vencimento:

Ano de vencimento	2007	2006
2008	-	1.295.402
2009	1.050.561	1.295.402
2010	1.050.561	1.295.402
2011	1.022.823	1.268.459
2012	1.008.954	1.254.988
2013	1.008.954	1.254.988
2014	1.008.954	1.254.988
Após 2014	9.908.711	9.300.406
<b>Total</b>	<b>16.059.518</b>	<b>18.220.035</b>

## 16 Impostos e contribuições a recolher

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	2007	2006
Imposto de renda - Pessoa jurídica	154.748	141.676
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	65.644	71.891
PASEP	1.915	4.258
COFINS	8.823	19.612
Outros	36	40
<b>Total</b>	<b>231.166</b>	<b>237.477</b>

## 17 Valores a pagar à CAIXA

Registra os valores a pagar decorrentes da prestação de serviços de administração e de escrituração contábil dos contratos de financiamentos imobiliários e de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, conforme contratos de prestação de serviços firmados com a CAIXA.

## 18 Passivos contingentes

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui uma demanda na esfera administrativa relativa à contingência fiscal. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de seus advogados e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.066/05, conforme resumido a seguir:

- i) Uma provisão deve ser reconhecida quando:
  - a) a entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado;
  - b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e
  - c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.
- ii) Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a EMGEA reconhece uma provisão e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a entidade divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

- **Contingências cíveis - Risco provável**

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas com a revisão de indicadores, na

metodologia utilizada para constituição da provisão foram utilizados os valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-E, e as ações extintas no mesmo período.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos, que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 2.693 (R\$ 89.365 em 2006), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

- **Contingências fiscais - Risco possível**

Em 26 de abril de 2006, a EMGEA foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB) sob a alegação de divergência de enquadramento do regime de apuração do PIS/PASEP e da COFINS e insuficiência de recolhimento dessas contribuições federais relativas ao período de janeiro de 2003 a dezembro de 2005. Os valores dos Autos de Infração, atualizados para 31 de dezembro de 2007, somam R\$ 803.805 (R\$ 761.287 em 2006).

A Administração, considerando que os procedimentos adotados na Empresa guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, encaminhou defesa à Delegacia de Julgamento da SRF. O recurso foi apreciado e indeferido em 18 de agosto de 2006.

Em face do indeferimento do pleito pela Delegacia de Julgamento, a EMGEA, em 3 de outubro de 2006, encaminhou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, e cujo processo aguarda julgamento.

Assim a Administração, com base em opinião de seus advogados, que classificaram o risco como “possível”, não constituiu provisão para riscos fiscais.

## 19 Diversos

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2007	2006
Seguros a pagar	13.039	15.784
Salários e encargos a pagar	1.494	1.471
Pessoal requisitado de terceiros	1.059	429
Outras contas a pagar	724	754
<b>Total</b>	<b>16.316</b>	<b>18.438</b>

## 20 Patrimônio líquido

### *Capital social integralizado*

O capital social da EMGEA é de R\$ 20.010.219, totalmente integralizado pela União.

## 21 Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

### a) Outras receitas

Descrição	2007	2006
Atualização monetária sobre indenizações de sinistros	20.899	32.106
Lucro na alienação de imóveis	18.856	7.355
Recuperação de despesas - Mutuários em execução	2.726	2.213
Receitas Eventuais - Pessoa Jurídica - CER	1.785	-
Recuperação de valores - Entes da Federação	122.659	218.311
Resultado do ajuste de cessão CAIXA/EMGEA	-	33.120
Outros	3.221	1.967
<b>Total</b>	<b>170.146</b>	<b>295.072</b>

### b) Outras receitas operacionais

Descrição	2007	2006
Reversão da provisão para desvalorização de imóveis	4.591	4.490
Reversão da provisão para perdas na alienação de imóveis	50.074	-
Reversão da provisão para causas contingenciais	86.671	174.013
Reversão da prov.p/perdas no recebimento de valores a receber da CAIXA	-	19.705
Reversão da prov. para perdas no repasses do FGTS/Seguro/FCVS	5.096	1.251
Reversão da provisão - Internalização de carteiras adquiridas	-	139.421
<b>Total</b>	<b>146.432</b>	<b>338.880</b>

### c) Outras despesas

Descrição	2007	2006
Ajuste atualização monetária - Pessoa jurídica	23.191	-
Administração de créditos não recuperáveis	18.141	16.018
Demais atos de gestão	354	2.090
Sobras e diferenças de prestação/resíduo	2.180	765
Provisão para débitos remanescentes (líquida)	5.159	-
Créditos negociados com o Estado do Mato Grosso - COHAB/MT	2.640	7.193
<b>Total</b>	<b>51.665</b>	<b>26.066</b>

**d) Despesas com pessoal**

<b>Descrição</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Salários e gratificações	4.931	4.720
Honorários	712	727
Provisões	1.133	1.098
Encargos sociais	1.908	1.875
Assistência médica e social	88	96
Segurança e medicina do trabalho	7	4
Diárias de viagens	266	197
Passagens aéreas	225	253
Treinamento de pessoal	80	64
Auxílio alimentação	286	272
Mudança ajuda de custo	28	-
Auxílio moradia	9	-
<b>Total</b>	<b>9.673</b>	<b>9.306</b>

**e) Despesas com serviços de terceiros**

<b>Descrição</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Serviços de administração - CAIXA	283.759	293.030
Reembolso - Pessoal requisitado	6.322	4.707
Auditoria das demonstrações contábeis / FCVS	304	276
Consultoria tributária/sistemas	131	163
Serviços de administração/limpeza/conservação	1.403	1.324
Manutenção e reparos	298	333
Serviços de contabilidade	3.493	3.413
Serviços de administração de imóveis	6.390	4.670
Segurança da informação	8	6
<b>Total</b>	<b>302.108</b>	<b>307.922</b>

**f) Outras despesas operacionais**

<b>Descrição</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Provisão para impostos a recuperar	21.990	50.339
Provisão para perdas de valores a receber	76.307	51.681
CPMF	20.555	26.205
Despesas com créditos de agentes cedentes	62.465	38.623
Outros tributos/contribuições e encargos	33.382	17.726
<b>Total</b>	<b>214.699</b>	<b>184.574</b>



**g) Despesas com imóveis não de uso**

<b>Descrição</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Prejuízo na alienação	1.511	6.689
Despesas com imóveis não de uso	14.403	10.802
<b>Total</b>	<b>15.914</b>	<b>17.491</b>

**h) Despesas financeiras**

<b>Descrição</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Obrigações por assunção de dívida	1.494.401	1.792.669
Cessão de créditos - União 2005	1.106.442	1.205.018
Demais encargos financeiros	17.008	4.851
<b>Total</b>	<b>2.617.851</b>	<b>3.002.538</b>

**i) Receitas financeiras**

<b>Descrição</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Cessão de créditos da União</b>	<b>414.674</b>	<b>1.487.807</b>
Cessão de créditos - 2004	-	582.285
Cessão de créditos - 2005	414.674	905.522
Receitas de aplicações financeiras	178.575	376.849
Juros compensatórios	120.561	176.958
Outras receitas	104.579	122.380
<b>Total</b>	<b>818.389</b>	<b>2.163.994</b>

**j) Demonstrativos de apuração do IRPJ e da CSLL**

<b>Descrição</b>	<b>2007</b>		<b>2006</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(136.420)</b>	<b>(136.420)</b>	<b>(40.003)</b>	<b>(40.003)</b>
<b>IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9% respectivamente</b>	<b>34.105</b>	<b>12.278</b>	<b>10.000</b>	<b>3.600</b>
<b>Efeitos tributários das adições e exclusões</b>	<b>119.932</b>	<b>43.175</b>	<b>(76.342)</b>	<b>(27.482)</b>
Provisão/reversão de PCLD	201.361	72.490	(3.113)	(1.121)
Provisão/reversão de perdas na novação do FCVS	(54.357)	(19.568)	(66.839)	(24.062)
Provisão/reversão de débitos remanescentes	(1.290)	(464)	3.579	1.288
Provisão/reversão de desvalorização de imóveis	12.443	4.479	(2.290)	(824)
Provisão/reversão de pendências de repasses	(17.853)	(6.427)	(9.783)	(3.521)
Provisão/reversão de perdas em outros créditos	(5.498)	(1.979)	(12.584)	(4.530)
Provisão/reversão de rendas a apropriar	(36.318)	(13.075)	(22.945)	(8.260)
Provisão/reversão de causas contingenciais/fiscais	21.668	7.800	43.503	15.661
Despesas indedutíveis	(224)	(81)	(5.870)	(2.113)
Efeito tributário da compensação de prejuízos fiscais	-	-	8.424	3.032
Ajuste do adicional (10% de R\$ 240.000,00)	-	-	24	-
Incentivo fiscal (PAT)	-	-	6	-
<b>Receita (Despesa) total de IRPJ e CSLL</b>	<b>154.037</b>	<b>55.453</b>	<b>(57.888)</b>	<b>(20.850)</b>

## 22 Remuneração a colaboradores

Nos termos do Decreto-Lei nº 2.355/87 e da Lei nº 8.852/94, destacamos as maiores, menores e a média das remunerações pagas:

Remunerações a colaboradores(*)	Administradores	Funcionários
Maior	20.303,00	13.180,00
Média	18.353,40	6.622,11
Menor	17.866,00	3.185,00

(\*) Valores expressos em reais

## 23 Partes relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades da EMGEA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Entidades/operações	2007		2006	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
<b>Caixa Econômica Federal</b>	<b>(21.551)</b>	<b>(298.450)</b>	<b>14.813</b>	<b>(251.583)</b>
Administração de crédito imobiliário	(23.819)	(283.759)	(26.230)	(293.031)
Administração de imóveis não de uso	(772)	(6.390)	(360)	(4.670)
Serviços de contabilidade	(602)	(3.493)	(572)	(3.413)
Valores a ressarcir	(14.549)	(16.925)	(13.875)	(4.702)
Valores a receber	18.758	15.658	56.082	56.719
Despesas com pessoal cedido	(567)	(3.541)	(232)	(2.486)
<b>CAIXA Seguradora</b>	<b>(8.983)</b>	<b>2.371</b>	<b>6.704</b>	<b>2.683</b>
Prêmios de seguros a recolher	(13.036)	-	(15.776)	-
At. Monet. s/prêmios de seguros a recolher	(3)	(71)	(8)	(142)
Indenização de sinistros a receber	4.056	2.442	22.488	2.825
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>13.845.193</b>	<b>41.943</b>	<b>13.938.337</b>	<b>936.896</b>
Cessão de créditos - 2004	-	-	-	582.284
Cessão de créditos - 2005	3.605.629	414.674	4.854.194	905.522
Cessão de créditos - 2005	-	(1.106.442)	-	(1.205.018)
FCVS a receber	9.290.633	710.481	8.936.304	671.159
Títulos Federais	945.310	4.603	146.398	2.924
Juros incidentes sobre títulos federais	4.123	19.072	2.072	7.568
Contribuições ao FCVS a recolher	(470)	-	(572)	-
Despesas com pessoal cedido	(32)	(445)	(59)	(543)
<b>Banco do Brasil</b>	<b>(410)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(125)</b>	<b>(1.544)</b>
Despesas com pessoal cedido	(410)	(2.088)	(125)	(1.544)

## 24 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram elaboradas nos moldes da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.010/2005, cujo objetivo é demonstrar o valor da riqueza gerada pela Empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

	Descrição	2007	2006
<b>1</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>3.926.066</b>	<b>3.594.841</b>
1.1.	Operações de crédito imobiliário	3.237.949	3.736.937
1.2.	Reversão de provisões operacionais	146.432	426.018
1.3.	Provisão para devedores duvidosos	860.124	(128.724)
1.4.	Provisões operacionais	(320.886)	(442.199)
1.5.	Resultados não - operacionais	2.447	2.809
<b>2</b>	<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(2.179.798)</b>	<b>(2.576.630)</b>
2.1	Materiais consumidos	(140)	(125)
2.2	Outros custos sobre operações de crédito imobiliário	(1.876.850)	(2.267.899)
2.3	Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(302.808)	(308.606)
<b>3</b>	<b>RETENÇÕES</b>	<b>(639)</b>	<b>(629)</b>
3.1	Depreciação, amortização e exaustão	(639)	(629)
<b>4</b>	<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2-3)</b>	<b>1.745.629</b>	<b>1.017.582</b>
<b>5</b>	<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>818.389</b>	<b>2.163.994</b>
5.2	Receitas financeiras	818.389	2.163.994
<b>6</b>	<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)</b>	<b>2.564.018</b>	<b>3.181.576</b>
<b>7</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2.564.018</b>	<b>3.181.576</b>
<b>7.1</b>	<b>Empregados</b>	<b>8.441</b>	<b>8.196</b>
	Salários e encargos	7.729	7.469
	Honorários da Diretoria	548	567
	Honorários dos Conselhos	164	160
<b>7.2</b>	<b>Tributos</b>	<b>73.598</b>	<b>221.748</b>
	Federais	73.466	221.607
	(-)Menos: incentivos fiscais	-	(6)
	Distritais	127	142
	Contribuição sindical	5	5
<b>7.3</b>	<b>Financiadores</b>	<b>2.618.399</b>	<b>3.003.063</b>
	Juros	2.617.851	3.002.538
	Aluguéis	548	525
<b>7.4</b>	<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(136.420)</b>	<b>(51.431)</b>

## 25 Demonstrações do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto de acordo com as definições da NPC nº 20, do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, cujo objetivo é transparecer e informar os usuários das demonstrações contábeis.

Descrição	2007	2006
<b>Atividades Operacionais</b>		
Prejuízo líquido	(136.420)	(51.431)
Ajustes para conciliação do resultado às disponibilidades		
Depreciação	633	570
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário a receber	894.106	1.955.295
(Aumento) redução valores a receber - Cessão de crédito União	1.248.565	8.593.943
(Aumento) redução em estoques imóveis não de uso	(64.995)	6.073
(Aumento) redução em outros créditos		
FCVS a receber	(354.328)	(951.047)
Títulos federais	(798.913)	(2.924)
Valores a receber - Outros Fundos	109.659	(60.941)
Valores a receber - Entes da Federação	80.644	(226.785)
Valores a receber - União	18.182	(35.706)
Impostos e contribuições a recuperar	(69.086)	(95.001)
Diversos - Outros créditos	21.301	103.433
Aumento (redução) - Impostos e contribuições a recolher	(6.311)	134.671
Aumento (redução) - Valores a pagar a CAIXA	(1.969)	763
Aumento (redução) - Operações de crédito imobiliário	11.881	(265.764)
Aumento (redução) - Passivos contingentes	(86.671)	(174.013)
Aumento (redução) - Diversos - Outras obrigações	(2.125)	(37.781)
<b>Caixa Líquido Consumido (gerado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>864.153</b>	<b>8.893.355</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Aumento (redução) do Imobilizado	(723)	(550)
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>(723)</b>	<b>(550)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Aumento (redução) de capital social	-	(6.783.836)
Aumento (redução) das obrig. por assunção de dividas curto prazo	(104.148)	164.309
Aumento (redução) das obrig. por assunção de dívidas de longo prazo	(2.160.518)	(2.100.661)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(2.264.666)</b>	<b>(8.720.188)</b>
<b>Aumento (redução) líquido gerado nas disponibilidades</b>	<b>(1.401.236)</b>	<b>172.617</b>
<b>Saldo de caixa + equivalente - Caixa atual</b>	<b>790.321</b>	<b>2.191.557</b>
<b>Saldo de caixa + equivalente - Caixa anterior</b>	<b>2.191.557</b>	<b>2.018.940</b>
<b>Variação do caixa ou equivalente</b>	<b>(1.401.236)</b>	<b>172.617</b>

## 26 Outras informações

### a) Reclassificações para fins de comparabilidade

Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, foram feitas as seguintes reclassificações nos saldos apresentados em 2006:

Descrição		Valor divulgado	Valor atual
Grupo e subgrupo	Rubrica		
Balanco patrimonial			
Ativo			
Circulante			
Disponibilidades	Movimentação financeira a receber	56.082	-
Operações de crédito imobiliário	Operações de crédito imobiliário	10.977.440	10.977.613
	Provisão p/créd. de liquid. duvidosa	(7.987.119)	(7.987.137)
Outros créditos	Diversos	5.565	96.161
Não circulante			
Operações de crédito imobiliário	Operações de crédito imobiliário	12.337.131	12.337.674
	Provisão p/créd. de liquid. duvidosa	(3.299.844)	(3.299.902)
Outros créditos	Diversos	18.858	18.371
Passivo			
Circulante			
	Prêmios de seguros a recolher	15.784	-
	Contribuição ao FCVS a recolher	572	-
	Outras obrigações	2.084	-
	Diversos	-	18.438
Demonstrações do Resultado	Provisão p/créd. de liquid. duvidosa	345.983	114.409
	Outras despesas	95.865	26.066
	Outras receitas operacionais	650.398	338.880
	Outras despesas operacionais	159.117	184.574
Demonstração das origens e aplicações de recursos			
origens dos recursos	Diminuição nas operações de crédito imobiliário a longo prazo	1.871.905	1.871.320
Aplicações dos recursos	Diversos	16.509	16.023

### b) Prejuízos fiscais

A Empresa possuía créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos não foram registrados, tendo-se em vista que a EMGEA apresenta um histórico de prejuízos passados e não é possível estimar o prazo de realização dentro de um espaço de tempo razoável. Em 31 de dezembro, o montante referente a esses créditos era de R\$ 1.929.473 (R\$ 1.883.395 em 2006).

### c) Processo - Tribunal de Contas da União

A Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG) do Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no período de 15 de agosto a 4 de novembro de 2005, auditoria nas contas do Governo Federal, objetivando avaliar a metodologia de apuração do déficit público. Durante os trabalhos, aquela Secretaria entendeu que o registro contábil do aumento de capital ocorrido em 27 de maio de 2004 deveria ter sido efetuado em parcelas anuais e não de uma única vez, como realizado. Em consequência, foi elaborado o Relatório TC nº 004.817/2006-9, de 6 de outubro de

2006, que culminou com o encaminhamento de audiências à Administração da Empresa.

Os Administradores da EMGEA discordaram do posicionamento da SEMAG. O Tribunal de Contas da União, de acordo com o acórdão nº 3.424/2007, 1ª Câmara, acolheu as razões de justificativa e o posicionamento dos Administradores da EMGEA.

***d) Alterações na Lei 6.404/76 (Lei das SAs.)***

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações). Essas alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2008.

A Administração da Empresa está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e no resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nesse momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos dessas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Valter Correia da Silva  
Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado  
Diretor

Eugen Smarandescu Filho  
Diretor

Josemir Mangueira Assis  
Diretor-Substituto

Rubens Pedrosa Paiva Filho  
Diretor-Substituto

Marilene Beatriz Brum Paiva  
Superintendente-Executiva  
Contabilista CRC MG 076097/0 -2 S DF